



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

II SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Gustavo, nascido em 1985, solteiro, entregador autônomo e sem antecedentes criminais, foi preso em flagrante no dia 15 de março de 2024, por supostamente portar 40 gramas de maconha (cannabis sativa) fracionadas em quatro pequenos envelopes plásticos, além de R\$ 230,00 reais em espécie. A prisão ocorreu durante abordagem policial no bairro do Jacaré, Rio de Janeiro/RJ, após denúncia anônima. Os policiais alegam que Gustavo agiu de forma suspeita ao avistar a viatura, tentando esconder uma bolsa térmica sob um banco público. Ao revistá-lo, encontraram a maconha e dinheiro trocado em notas de 10 e 50 reais, que, segundo a acusação, seriam indícios de tráfico. O laudo de perícia confirmou ser maconha.

Gustavo, em seu interrogatório, alegou que: a) a bolsa térmica era usada para transportar lanches e outros itens em seu trabalho de entregador; b) os envelopes não eram de seu conhecimento, pois também faz entregas de bens entre endereços sem perguntar aos clientes o que estão enviando ou recebendo; c) o dinheiro trocado correspondia a pagamentos recebidos por entregas já feitas no dia da prisão; d) é usuário regular de maconha. Pietra e Valentina foram testemunhas de que Gustavo é honesto e trabalhador e não tem motivos para temer a polícia e confirmam a condição de usuário de Gustavo. Não há nenhuma prova de traficância. O delegado encaminhou os autos ao MP, que ofereceu denúncia por tráfico de drogas (Art. 33, caput, da Lei 11.343/06) ao Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro-RJ. Você, advogado(a) constituído(a) de Gustavo, deve apresentar a medida cabível, formulando as teses e os pedidos pertinentes para essa peça e datando-a do último dia do prazo legal, sabendo que a defesa foi notificada no dia 15 de agosto de 2024, uma quinta-feira.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Na fase do “judicium causae”, o representante do Parquet pugnou pelo desaforamento do julgamento do réu diante de provável ausência de imparcialidade dos jurados do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Campinas. No julgamento do pedido, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, por votação unânime e mesmo sem ouvir a defesa, acolheu o pedido e determinou que o julgamento fosse realizado pelo 2º Tribunal do Júri da mesma Comarca. Considerando a situação hipotética apresentada e com base somente nos dados apresentados pelo enunciado responda de forma fundamentada:

- A) Qual a tese de direito processual penal poderá ser alegada pela defesa do réu, em eventual recurso? Fundamente sua resposta.
- B) Correta a decisão do Tribunal que determinou o desaforamento do julgamento para a mesma comarca, mas para outro Tribunal do júri? Fundamente sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Fabio foi processado e condenado à pena de 6 anos de reclusão, cumprida em regime fechado. Após ter a sua apelação denegada pelo Tribunal de Justiça, a condenação transitou em julgado pela prática de estelionato majorado, previsto no artigo 171, § 3.º, do Código Penal, em face de um golpe financeiro que teria, mediante artifício, induzido em erro e gerado prejuízos a instituto de economia popular localizado no centro da cidade de São Paulo. Passados quatro meses após o trânsito em julgado da decisão condenatória, surgem novas provas reconhecendo que, na realidade, o instituto de economia popular não havia sido lesado em face da conduta de Fabio, mas sim em razão de grande rombo econômico descoberto na Operação Lobo Bravo, desaparecendo o nexo causal entre a conduta de Fábio e o resultado patrimonial negativo do ente lesado.

Com base nas informações acima, responda de forma fundamentada:

- A) Qual a peça processual cabível deverá ser apresentada e o seu fundamento legal?
- B) Qual o juízo competente para julgar a demanda? Fundamente a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Leonardo pagou o pastel de feira com uma nota de R\$ 200,00 reais e recebeu de boa-fé e como verdadeira, uma nota de R\$ 100,00 de troco do feirante. No dia seguinte, olhando a nota com mais atenção, tomou conhecimento de que a nota recebida era falsa. Para não ficar com o prejuízo, foi até o mercado do Seu Antenor, cego de um olho e com idade avançada, tentar passar a nota falsa para frente. Foi imediatamente flagrado pelo idoso que havia trabalhado a vida toda no setor de fraudes do Banco Central, antes de se aposentar. Preso em flagrante e liberado na audiência de custódia, o Ministério Público ofereceu denúncia pela prática do delito previsto no artigo 289, § 1º, do Código Penal, sendo a denúncia recebida pelo D. Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Alegre/RS. Citado, ofereceu resposta à acusação. Não obtendo êxito com a absolvição sumária, foi designada audiência de instrução e julgamento, a qual foi realizada, sem nenhuma nulidade. Considerando a situação hipotética apresentada e com base somente nos dados apresentados pelo enunciado responda de forma fundamentada:

- A) Qual a tese de direito processual penal poderá ser alegada pela defesa de Leonardo, em eventuais alegações finais? Fundamente sua resposta.
- B) Qual a tese de direito material penal poderá ser alegada pela defesa de Leonardo, em eventuais alegações finais, buscando amenizar eventual dosimetria de pena em teses subsidiárias? Fundamente sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Após reportagem na televisão, Michel, delegado substituto, querendo mostrar serviço, intaura, por portaria, inquérito policial para apurar eventuais golpes sendo praticados pela cidade. As investigações chegam até André, que é indiciado pelos golpes. Sem se preocupar com nenhuma formalidade, o promotor da Comarca oferece denúncia por 2 crimes de estelionato praticados em meados de 2024 contra Manoel e Pedro, irmãos gêmeos que completavam, no dia do golpe, o aniversário de 40 anos. Os acusados optaram por ficar em silêncio na fase policial e judicial. Após a instrução, o representante do Parquet pugnou pela condenação de André nos termos da denúncia. Após regular intimação e com base na situação hipotética apresentada, responda fundamentadamente:

A) Qual a medida processual deverá ser apresentada?

B) Qual a tese de direito material deve ser apresentada para buscar a extinção da punibilidade do acusado? Justifique a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

